

06 DEZ 1990

Dívida do setor público ^{externa} no exterior será honrada pelo governo federal

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo federal decidiu que vai honrar o aval dos compromissos externos assumidos por mutuários do setor público — estados, municípios, suas empresas e estatais federais — e cujo pagamento não tem sido feito, em cruzeiros, junto ao Banco Central (BC). Só com juros em atraso, calcula-se em torno de US\$ 2 bilhões a inadimplência do setor público.

Para viabilizar a continuidade do processo de negociações com os bancos credores externos, o Tesouro Nacional precisa encontrar caixa ainda este ano de cerca de US\$ 300 milhões e honrar até dezembro o pagamento de 15% dos juros em atraso, em nome dos mutuários inadimplentes. Deste modo, estará recompondo no Banco Central o "funding" (fundo) mínimo para que o País confirme a proposta que fez aos bancos de remeter para o exterior 15% da totalidade de juros em atraso, até dezembro.

O pagamento daquele valor adicional em cruzeiros vai viabilizar a remessa em divisas externas para os bancos credores de US\$ 1,2 bilhão este ano, superior portanto aos US\$ 905,7 milhões, valor que tem sido calculado fazendo incidir os 15% apenas sobre a posição de juros em atraso efetivamente depositados no BC até o final de outubro. Aqueles depósitos somavam US\$ 6,038 bilhões.

PROVIDÊNCIAS

"O aval vai ter de ser confirmado e pago e nós estamos buscando meios orçamentários para isto", disse ontem a este jornal o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster.

De fato, o Ministério da Economia já está tomando as providências para que a União encontre os cruzeiros necessários de modo a honrar ainda este ano 15% dos juros em atraso do setor público. Na semana passada, uma ponte telefônica foi aberta entre os membros da comitiva brasileira que acompanhavam o embaixador na negociação em Nova York e os técnicos do Tesouro Nacional, em Brasília, para garantir uma maneira de resolver um problema que os próprios bancos credores colocaram na mesa de discussão.

Mesmo contornada a questão daqueles atrasados depositados no Banco Central, ainda assim não há segurança de um acordo definitivo entre os bancos e o governo. "Estamos caminhando na negociação, mas ela é extremamente complexa", comentou o embaixador Dauster, confirmando para hoje a chegada a Brasília do restante da missão negociadora que havia ficado em Nova York, aguardando instruções.

As negociações devem ser retomadas na semana que vem, em Nova York,



Jório Dauster

onde Dauster espera ter com o presidente do comitê de bancos, William Rhodes, e os sub coordenadores, os representantes do Lloyds Bank e do Morgan Guaranty, a reunião que estava marcada para segunda-feira desta semana e que foi cancelada diante da viagem repentina que teve de fazer a Brasília, para participar dos encontros com os membros da comitiva do governo norte-americano.

REUNIÕES

O retorno de Dauster a Nova York, no entanto, não estava ontem totalmente acertado. Desde que voltou, ele tem-se reunido com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, mas uma reunião conclusiva deve ser realizada em São Paulo, na sexta-feira, entre os mesmos interlocutores. Além da ministra, e de Jório, também o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o secretário especial de Economia, Antonio Kandir e o assessor especial da ministra, José Francisco Gonçalves, estão diretamente envolvidos nas discussões do acordo externo.

Na verdade, trata-se de definir se há espaço para o governo brasileiro levar aos bancos alguma iniciativa nova, além das propostas já colocadas na mesa dos credores, com o objetivo de não interromper as conversas. Sabe-se desde já, no entanto, que não há capacidade adicional para sustentar o pagamento de juros além dos 15% já fixados até 31 de dezembro. O próprio embaixador Jório Dauster lembrou a este jornal que, em um processo de negociação, uma cifra não pode ser olhada de forma isolada, já que pertence a um conjunto — no caso dos atrasados. Além do pagamento dos 15% este ano, está na mesa de discussão o perfil do bônus da securitização do restante dos atrasados e a parcela de 25% que o País se propõe a pagar de juros no primeiro trimestre de 1991 — mas não descartou a possibilidade de algum novo aceno aos bancos, algo que injete ânimo a um processo de negociação que parece empacado, onde os bancos continuam reticentes: "Tem que se encontrar um movimento que atenda a ambos os lados", disse o embaixador.